



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
PROCESSO
1003514-74.2018

ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, por videoconferência através do aplicativo *Microsoft Teams*, a Juíza Federal Coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC, **Dra. Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes**, abriu a audiência com as Conciliadoras do CEJUC, Leticia Matos, Fabiana Gayoso e Lana Patricia Vieira de Sousa juntamente com o estagiário Wallas da Silva Dias, além dos seguintes participantes:

Presentes: o Procurador da República – **Dr. Patrick Áureo Emmanuel da Silva Nilo**; o Promotor de Justiça do Estado – **Dr. Eny Marcos Vieira Pontes**; o Procurador do Estado – **João Eulálio de Pádua Filho**; o representante da Defensoria Pública da União – DPU, **Dr. André Amorim Alencar**; o representante da Advocacia Geral da União – AGU, **Dr. Mauro Marques de Oliveira Júnior**(SIAPE nº 2.380.529), o representantante da Procuradoria Municipal de Teresina – PGM, o **Dr. Daniel Medeiros de Albuquerque**; os representantes do Hospital Universitário – HU-UFPI, o **Dr. Maurício Giraldo e o Dr. Marx Barros Araújo**; os representantes da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, **Dr. Jefferson Campelo, Dr. Vilmário Barros**; o representante do Hospital Getúlio Vargas – HGV, **Dr. Osvaldo Mendes de Oliveira Filho, Dr. Daniel Siqueira Barbosa, Dr. Caubi de Araújo Medeiros e a Dra. Ana Célia Sousa Aguiar dos Santos**; as representantes do Hospital Infantil Lucídio Portela – HILP, **Dra. Leiva de Souza Moura e a Dra. Jacylenne Coêlho**; os representantes do Hospital de Urgência de Teresina – HUT, **Dr. Hormone Oliveira Rodrigues e o Dr. Fábio Marcos de Sousa**; o representante do DENASUS, **Dr. Carlos Eduardo Viana Santos**; os representantes da Fundação Municipal de Saúde – FMS, **Dr. Anderson Martins Dantas, Dra. Fátima Garcez e o Dr. Julliano Mendes Martins Vieira**; as representantes da Fundação Estatal Piauiense de Serviço Hospitalar – FEPISERH, **Dra. Renata Teixeira e a Dra. Aldeane Moreira Costa**; os representantes da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, **Dr. Raphael de Souza Vieira e a Dra. Jane Lúcia Medeiros de Oliveira** (OAB/MS 15.371-B); os representantes do Hospital São Paulo – **Dr. Paulo Sérgio Tajra Cortellazzi e a Dra. Denise Janine Gradvohl Aboim de Arêa Leão**.

Iniciados os trabalhos, o Hospital Getúlio Vargas informou que iniciou suas cirurgias cardíacas, aos sábados, utilizando o equipamento do Hospital Universitário, enquanto não adquire o seu próprio. Os equipamentos já estão sendo adquiridos. Quanto à hemodinâmica, atualmente realiza apenas o diagnóstico, mas até o final do ano estará realizando as angioplastias. Está sendo construído acordo com o Hospital Universitário para que o serviço de emergência oncológico 24 horas seja dividido entre eles de acordo com o dia da semana.

A FMS informou que o Hospital do Monte Castelo está funcionando também como retaguarda da cardiologia, com 13 leitos, para onde os pacientes vão quando estabilizados.

A SESAPI noticiou que houve grande avanço nos últimos meses. Acrescentou que, a partir de novembro, serão inaugurados mais 20 leitos de UTI no Hospital Getúlio Vargas, sendo 10 deles para atender a cirurgia cardíaca. Noticiou que não existe qualquer dificuldade de financiamento para a hemodinâmica com angioplastia, e sim dificuldades com a aquisição de insumos. Destacou que, de acordo com a portaria que habilita a alta complexidade, o serviço de hemodinâmica 24 horas é



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

PROCESSO

1003514-74.2018

obrigatório. Informou que, em novembro de 2021, a fila da regulação da cirurgia cardíaca será única, abrangendo Município de Teresina e Estado do Piauí. Quanto aos pacientes com cardiopatia congênita, informou que, entre janeiro e outubro de 2021, foram atendidos 82 pacientes em Recife, São Paulo e São José do Rio Preto, sem nenhum óbito. Alguns foram transportados por UTI aérea. Hoje há dois pacientes eletivos já agendados. Ponderou que, embora as obras do Hospital Infantil tenham se concluído, é preciso ainda treinar uma equipe para o procedimento, que é muito complexo. Comprometeu-se a pensar em uma política pública de atendimento a estes pacientes com cardiopatia congênita complexa, de baixo peso, a ser apresentada na próxima audiência, capaz, inclusive, de tornar desnecessários os frequentes processos judiciais com pedido de UTI aérea para estes pacientes, ajuizados pelos respectivos familiares.

O Hospital São Paulo informou sua produção em 2021, até setembro: 590 cateterismos com 305 angioplastias e 96 implanatações de marca passo; 304 cirurgias cardíaca. Acrescentou que há capacidade instalada para ampliar o serviço, mas que não pode fazê-lo porque o financiamento ofertado é insuficiente. Além disto, destacou a preocupação com a falta de insumos no mercado. Quanto à cirurgia cardíaca pediátrica, informou que consegue realizar 90% dos pacientes piauienses. Apenas 10% se enquadram nesta situação que demanda o tratamento fora de domicílio, que são aqueles de muito baixo peso e com problemas mais complexos.

O Hospital de Urgência de Teresina informou que recebe o paciente com dor torácica e os estabiliza. Recebe uma média de 60 pacientes por mês neste estado, sendo que em outubro foram 68 pacientes até o momento. Depois, na absoluta maioria dos casos, regula os pacientes para o Hospital São Paulo. De julho a outubro de 2021, transferiu 280 pacientes para o Hospital São Paulo e 6 para o Hospital Universitário. Normalmente em 24/48 horas o paciente já é regulado e de 90 a 95% já têm seu problema resolvido na hemodinâmica. Esclareceu que, em relação ao universo de pacientes transportado via SAMU, o que se pode observar é que chamam o serviço de transporte de urgência quando já estão com aproximadamente 2 dias sentindo dor torácica.

O Hospital Universitário informou que realiza de 23 a 27 cirurgias cardíacas por mês, sendo que recebe os casos mais complexos por regulação, que exigem cirurgias pouco convencionais. Noticiou que ultrapassa a meta exigida para as cirurgias cardíacas e que está abaixo da meta apenas na hemodinâmica. Como em outras audiências, atribuiu as dificuldades de produção em cirurgias de alta complexidade à insuficiência de leitos de UTI.

O Ministério Público Federal pontuou que os maiores nós na cirurgia cardíaca são o atendimento de emergência 24 horas e a situação das crianças com problemas congênitos cardiológicos. Há também o problema da implantação do serviço no interior que precisa ser enfrentado. A Defensoria Pública da União alertou que o fluxo ainda não está claro e que não há um cronograma fechado para a cirurgia cardíaca.

Ao final, ficou designada audiência para o dia [30 de março de 2022, às 9:30 da manhã, com a seguinte pauta:

- 1) Apresentação dos resultados de produção do Hospital Getúlio Vargas na cirurgia cardíaca e hemodinâmica com angioplastia (pelo Hospital Getúlio Vargas).
- 2) Apresentação da produção de cirurgias cardíacas e hemodinâmica do Hospital Universitário, bem como cronograma para ampliação dos seus leitos de UTI (pelo Hospital Universitário).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

PROCESSO

1003514-74.2018

- 3) Apresentação do fluxo da cirurgia cardíaca, com especificação dos serviços responsáveis pela emergência 24 horas, bem como os números de produção dos referidos prestadores (pela SESAPI).
- 4) Apresentação de informações sobre a implantação da fila única da regulação da cirurgia cardíaca (pela Fundação Municipal de Saúde).
- 5) Apresentação da política pública apta a atender a necessidade dos pacientes pediátricos de baixo peso com cardiopatias congênitas complexas (pela SESAPI). .

Digitado este termo e remetido para as partes, por email, não houve oposição aos seus termos. As partes saem de tudo intimadas. A ata segue subscrita pela magistrada que conduziu a audiência.

Juíza MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS MENDES

Círculo de Conciliação em Políticas Públicas

Justiça Federal do Piauí